

Otimizando a conservação ambiental: sem arena de disputas, sem pactos, sem conhecimentos construídos, sem partilha do poder?

Marco Antonio Sampaio Malagodi ¹

Abstract

Beyond discourses, most environmental crisis problem-solving approaches neglects socio-cultural and ecological contexts. By analysing a environmental protection initiative, a afforestation program developed on hydrologically sensitive areas, I propose a debate about local knowledge in three ways: a) contributions to technical and academic knowledge on environmental degradation and socio-cultural adequacy of tackle strategies; b) explanation of contradictions and limits of non-communicative actions; c) potential power resource since politically well articulated. The paper opens questions through different approaches involving *rationality* (Jürgen Habermas), *commons management* (Elinor Ostrom), and *constructionist perspectives of social problems* (John Hannigan).

Resumo

Propostas de enfrentamento da problemática ambiental estão repletas de ações que desconsideram contextos socioculturais e ecológicos, apesar dos bem estruturados discursos. Através de uma ação de proteção ambiental - um reflorestamento ciliar - trago ao debate três enfoques a partir do conhecimento local: a) as suas contribuições à produção de conhecimentos sobre degradação ambiental local e perspectivas socialmente adequadas de enfrentamento; b) sua capacidade de explicitação das contradições e limites de ações não-comunicativas e c) seu potencial como recurso de poder, quando bem articulado politicamente. O artigo abre um debate a partir de diferentes abordagens envolvendo *racionalidade*, *gestão de bens comuns* e *construção social da percepção dos problemas socioambientais*, a partir de autores como Ostrom, Habermas e Hannigan.

Introdução

As contribuições de uma mobilização reivindicativa de motivação socioambiental que emerge no município de Piracicaba (SP) no final dos anos 1970, tomaram corpo institucional de forma dialética, deixando assim uma trilha de conquistas, novas identidades e repartições de poder, mas também de contradições. No estudo mais detalhado da experiência aqui estudada encontrei uma contradição em particular, que por

¹ Eng. Agrônomo, mestre em Ciências Florestais pela USP/ESALQ, consultor do IPEF/PTECA.

suscitar reflexões pertinentes ao debate da problemática socioambiental, resolvi me aprofundar. Isso se dá agora, três anos após o mestrado², num contexto de fecundação de meus referenciais acadêmicos e técnicos (contribuições da ciência agrônoma e florestal) por teorias e ferramentas do campo das ciências sociais, em especial no ramo da sociologia ambiental.

Aquele estudo abordou um programa de reflorestamento ciliar inserido na agenda das propostas eleitas pela secretaria executiva do *Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari* (fundado em 1989), que foi implementado a partir de 1991, levantando certa polêmica local em função da resistência explicitada por alguns proprietários rurais. Na estratégia de ação eleita pelos coordenadores gostaria de ressaltar a forte influência do pensamento da *Escolha Racional*³, aqui debatida quanto aos seus limites e riscos no enfrentamento da questão socioambiental. Por explicitar assim uma cultura institucional, esse caso trouxe uma oportunidade para a reflexão dos limites de tal racionalidade, que busca instrumentos normativos gerais (eficientes e eficazes) para o controle e inibição de comportamentos considerados *oportunistas* ou *nocivos* na sociedade, dizendo assim promover o 'bem comum'. Não se esperava, porém, que a otimização do processo - que prescindia do cultivo de um espaço público de debate (portanto, de natureza essencialmente política) - fosse levantar uma série de incongruências quanto ao conhecimento produzido e manejado pelos seus coordenadores, além da irritação (essa sim, já esperada) por parte de alguns proprietários rurais. Aparentemente mera indisposição de quem teve algum comportamento anti-social coibido por forças externas (no caso, retirar ou não recuperar as matas ciliares dentro de sua propriedade rural), ao me aprofundar na leitura de alguns dos proprietários rurais "participantes" do programa, e também no estudo das estratégias discursivas desenvolvidas pelos demais atores (coordenadores, executores, promotor de justiça), encontrei algumas pistas para a possibilidade de construção alternativa de consensos (mesmo que específicos e/ou provisórios), onde - acredito - não haveria a necessidade da coerção e se conquistariam resultados sociais e ambientais mais interessantes. Revelando motivações potenciais para o desenvolvimento de *ações comunicativas* (sistematicamente evitadas pelos executores do plano, nesse nosso caso), o presente estudo inicia um debate sobre a relevância da cognição do cidadão comum para a produção de conhecimentos técnicos e acadêmicos em ecologia e hidrologia, temas aparentemente caros às pretensões iniciais dos coordenadores do programa. Como na lógica do pensamento de alguns dos teóricos da *Racional Choice*, a premissa de que a

² MALAGODI, Marco Antonio Sampaio. 1999. Estudos sobre um programa de reflorestamento ciliar: subsídios para a compreensão das relações entre extensão rural e educação ambiental. Piracicaba. Dissertação (mestrado) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/Universidade de São Paulo.

cooperação só surge pelo medo da punição dos oportunistas-egoístas (algo como uma essência humana inexorável) parece funcionar bem apenas na sua própria legitimação nesta forma de ação estratégica - profecia que se auto-realiza, instrumento para dominação ideológica -, uma vez que estão hermeticamente protegidos do escrutínio de suas pretensões de validade, dimensão fundamental para Habermas na sua leitura de *racionalidade das ações lingüísticas*. Mas, se por um lado é alimentada a indignação de quem não aceita ser tão simplificada e considerado por esse pensamento (no caso, pessoas desqualificadas em sua argumentação, também racional), e empobrecidas tanto gestão quanto política e conservação ambientais... por outro consegue-se algum resultado pontual, que é de algum modo valorado pela sociedade, que o legitima, indo assim colonizar outras empreitadas.

Para legitimar tais ações, voltaríamos a demandar então a *fé* (como na pré-modernidade) - já que a validade do uso da razão é monopolizada por coordenadores de ações coercitivas, não-comunicativas -única capaz de nos fazer aceitar a suposta 'verdade' mais nobre em questão: de que o enfrentamento da complexa questão socioambiental (em qualquer nível) será efetivamente alcançada a partir de eficientes planos técnicos e coercitivos (em qualquer escala), num futuro próximo... ou distante. Enfim, não seria possível otimizar a conservação ambiental sem precisarmos "perder tempo" com as peculiaridades locais, culturais e ecológicas, em diálogos que ameaçam a produtividade de nossas intervenções? Por outro lado, será que realmente não existiram arena de disputa, pactos, conhecimentos construídos, e partilha de poder... ao longo do programa? Essa foi minha percepção inicial, que agora é reconsiderada.

O texto a seguir divide-se em duas partes: a primeira relata o contexto em que tal programa foi desenvolvido, e a segunda coleciona encontros com alguns dos autores trabalhados pela chamada sociologia ambiental.

O Consórcio e seu Programa de Reflorestamento Ciliar

A partir da década de 70, a grande região de Campinas começa a se industrializar e urbanizar à taxas crescentes, favorecida por políticas nacionais. Cresce muito o consumo de água dessas regiões, assim como os despejos de poluentes (esgoto doméstico e resíduos industriais), que recebem pouco ou nenhum tratamento⁴. Não há a motivação para se tratar o recurso hídrico que se libera (à jusante), além da

³ *Rational Choice e Public Choice*, muito presentes na origem da Ciência Política contemporânea.

⁴ SÃO PAULO (Estado). 1994. Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. Bacia do Rio Piracicaba: estabelecimento de metas ambientais e reenquadramento dos corpos d'água. São Paulo.

necessidade de tratamento daquele que irá se consumir (à montante). A estratégia passa a ser então a construção de barragens e reservatórios, visando o abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica. Como a qualidade dessa água também não seria satisfatória ao consumo humano e os custos de seu tratamento foram considerados inviáveis, as administrações municipais passam a construir pequenos açudes e represas em suas periferias (área rural) onde os recursos hídricos ainda podem ser obtidos com boa ou razoável qualidade⁵.

Tais mananciais foram, então, sendo escolhidos e represados ao longo dos anos, como forma mais adequada e econômica, para as cidades que compõe a bacia dos rios Piracicaba e Capivari, uma vez que esses grandes cursos d'água já estavam em avançado grau de degradação, principalmente devido à quase total ausência de tratamento de esgotos domésticos (apenas 4% de remoção de toda a carga poluidora urbana) e à redução insatisfatória das cargas poluidoras industriais, principalmente na área da bacia do Piracicaba que sofre crescente processo de conurbação⁶.

Crescem as manifestações de movimentos ambientalistas pela limpeza dos rios⁷. Crescem os custos do tratamento das águas⁸. Crescem as populações dos centros urbanos⁹. Iniciam-se ações no Ministério Público contra algumas prefeituras que despejam seus esgotos *in natura* no rio e as crescentes disputas entre municípios pelos recursos hídricos. Diante i) das previsões de "caos" no abastecimento de água nessas bacias, para um futuro bem próximo (estimado pelos técnicos para o ano 2010), ii) dos crescentes processos sobre as prefeituras no Ministério Público, e iii) da escassez de recursos para execução das tardias obras de saneamento (tratamento de água e esgoto, destinação do lixo), algumas prefeituras decidem se unir e criar um *Consórcio Intermunicipal*, suprapartidário e que transcendesse os mandatos das administrações públicas, capaz de elaborar projetos e atrair os recursos (externos e internos) necessários às obras. Uma das ações prioritárias desse consórcio de municípios ("consórcio de poluidores", como diz seu coordenador geral) é a proteção daqueles mananciais de uso público, através do reflorestamento

⁵ SÃO PAULO, *op cit.*

⁶ *Idem.*

⁷ SEBASTIANES, Juan A. M. 1992. Histórico das Campanhas e Lutas pela Despoluição do Rio Piracicaba. In: Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, DAEE, FUNDAP. Semana de Debates sobre Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Piracicaba: Ed. Atas, p. 1-2.

⁸ RICARDO, E. do P.; ROMANI, S. M. A. 1992. Programa de Proteção aos Mananciais de Abastecimento Público nas Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari. In: Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, DAEE, FUNDAP. Semana de Debates sobre Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Piracicaba: Ed. Atas, p. 135-143.

⁹ SÃO PAULO, *op cit.*

ciliar¹⁰. Uma das áreas prioritizadas para se iniciar o *Programa de Reflorestamento Ciliar* do Consórcio é a microbacia hidrográfica do Ribeirão Forquilha no município de Capivari (SP)¹¹, onde existe um açude e de onde é feita a captação (corre por tubulação, por gravidade) responsável por 30% do abastecimento de água da cidade.

Frente às orientações técnicas de se abranger com esse programa toda a microbacia para que os resultados sejam significativos (e isso implica envolver 27 propriedades particulares), à dita *falta de recursos* do programa e à necessidade de rapidez no desenvolvimento da intervenção, decidiu-se por uma estratégia de trabalho na base da coerção, pela força da lei, enxergando nos proprietários rurais que não possuem suas matas ciliares conservadas os degradadores do recurso hídrico local. Não que esse recurso já esteja se degradando (as informações locais da época negavam tal suposição, segundo a equipe do SAAE¹² de Capivari), mas argumentou-se que os custos de se fazer tal proteção seriam muito menores do que na perspectiva de tratá-lo amanhã. Desenvolve-se, assim, um trabalho que obrigou a adesão dos proprietários - embora o relato oficial considere todos os proprietários como "parceiros" da ação -, caracterizando-se pela estrutura de *comunicados*.

Mas, longe de ser um processo no qual os proprietários se envolviam espontaneamente como parceiros, o Programa estudado (desenvolvido entre 1991-1997) se utilizou de uma estratégia alicerçada no medo de execução de processos judiciais (ação civil pública), muito interessante ao contexto maior da logística das ações do Consórcio na medida em que:

- atacava uma das prioridades eleitas já na sua criação em 1989 (os reflorestamentos ciliares);
- despendia um nível reduzido de recursos (2% do total em 91 e 0,89% do total em 92);
- estaria legalmente amparada e juridicamente instrumentalizada para modificar o comportamento dos proprietários "recalcitrantes";
- teria um rápido desenvolvimento (um simples plantio de mudas de árvores) - não fossem algumas dificuldades decorrentes da construção das parcerias institucionais e da resistência de alguns proprietários;
- a instituição teria já em sua primeira fase de vida grande divulgação na sociedade, enfrentando um tema considerado de muita relevância pela militância ambientalista, alavancando assim o apoio de

¹⁰ RICARDO e ROMANI, *op. cit.* O reflorestamento ciliar é uma prática que visa repovoar as margens de rios, córregos e lagos - consideradas na legislação como *área de preservação permanente*, APP - com o plantio de espécies arbóreas nativas, induzindo uma restauração ecológica.

¹¹ Cidade onde nasceu o coordenador geral - na época da pesquisa - do Consórcio.

¹² Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

financiadores para a construção da viabilidade das outras prioridades (como o tratamento de esgotos no meio urbano).

Porém, a simplificação da realidade socioambiental que a estratégia exigia associada aos discursos contraditórios e descontextualizados da equipe do programa, confrontaram-se com a vivência cotidiana dos proprietários rurais e seu modo de percepção sobre os fatos e fenômenos locais. Mas haviam muitos outros motivos para que os proprietários resistissem, de acordo com a situação diferente em que cada um se encontrava, do que apenas a incoerência discursiva explicitada. A microbacia segue o padrão médio do interior paulista, onde poucos proprietários possuem a maior parte das terras e as propriedades familiares (pequenas) buscam localização próxima aos recursos hídricos. Como a faixa ciliar obrigatória por lei é constante (no caso, um mínimo de 30 metros) e o tamanho e a forma das propriedades variam muito, cria-se um efeito desproporcional de obrigações ambientais em relação à essas APPs: em algumas pequenas propriedades esse índice pode chegar próximo de 100% enquanto que nas grandes é comum não passar de 5%. Obrigando cada propriedade a redefinir o tipo de uso dessa faixa de terra, os impactos sentidos foram muito diferentes. Por exemplo, para uma propriedade de 438 ha (que possuía 3% em área de outros fragmentos florestais, entre eucaliptos e mata nativa) foram abandonados cerca de 5 ha até então ocupados com cana-de-açúcar até a beira do rio; para outra de 28 ha (que possuía 10% em área de fragmentos de florestas nativa), explodiu um conflito envolvendo até um alto custo com advogado, pois a faixa era simplesmente ocupada com um pequeno açude com peixes usado também para o lazer da família (casal e três filhos), uma criação de porcos, bebedor para algumas vacas, além da própria casa. No primeiro caso, a empresária quase nem se lembrava mais do programa, mas no segundo, o 'chefe' da família parece possesão até hoje...

E foram moduladas por essas diferenças sócio-econômicas e culturais que surgiram, nas entrevistas com doze dos proprietários, diferentes avaliações da validade dos argumentos usados pela coordenação do programa. Confrontaram-se nesse caso, diferentes percepções da relevância do programa desenvolvido, através do julgamento da validade dos conhecimentos produzidos e manejados, entre os diferentes participantes do conflito. E foi apenas a partir dos mais descontentes que afloraram as melhores oportunidades de aproximação com outros conhecimentos técnicos e acadêmicos levantados, o que poderia ter agregado *maior validade* aos argumentos utilizados na disputa discursiva e assim, maior poder de resistência e crítica para alguns dos proprietários que se sentiram mais prejudicados. Mas qual a importância disso? Ora, a degradação ambiental, assim como a sócio-econômica, é produto das relações sociais mediadas por técnicas e objetos assim criados. Seu diagnóstico, enfrentamento e avaliação dos resultados de tal enfrentamento nunca são desinteressados e isentos de contradição, por melhores que

sejam suas intenções de universalizar a *qualidade de vida a todos*. E foi nessas disputas simbólicas dos discursos de ambos os lados que construí um percurso de verificação de validades concorrentes, que considerei desde o princípio relevantes para a construção de conhecimentos sobre a revegetação e sobre sua influência sobre o funcionamento hidrológico em microbacias, e também para a compreensão maior da produção social da crise ambiental em minha região.

O confronto de saberes

Como existiram momentos em que os discursos de alguns proprietários eram desqualificados (porque a regra geral foi ignorá-los), e ao mesmo tempo constatei que a instrumentalização das ações do promotor de justiça estavam ancoradas nas considerações técnicas da equipe do Consórcio, a situação me pareceu típica de uma negação de sujeitos sociais, que a meu ver são capazes não apenas de ler e atribuir significado ao seu mundo, como também de aceitar novos acordos que possam vir a considerar razoáveis em seus padrões lógicos e morais. Tal negação me pareceu conveniente para o desenvolvimento de ações tecno-burocráticas, que prescindem de debates políticos (onde está presente a questão moral). Curioso é perceber o movimento dialético da emergência desses sujeitos sociais (os administradores municipais e técnicos da área de saneamento, entre outros) numa organização coletiva que visa equacionar suas dificuldades comuns recusando o cumprimento rígido da legislação, enquanto desprezam igual possibilidade no contexto dos proprietários rurais da microbacia. Mas não há incoerência, se pensarmos em termos de uma ação estratégica. As incoerências surgem na avaliação da ação instrumental (em sua pretensão teleológica) e comunicativa (na suposição de busca de entendimento através da ação lingüística): na primeira, por ignorar relações causais concretas na microbacia, e na segunda por desprezar a possibilidade de cooperação entre os indivíduos, algo que estava na gênese da formação do próprio Consórcio.

Para o âmbito desse artigo, agrupei apenas os principais focos de conflito entre os saberes de técnicos-coordenadores e proprietários rurais, dentro dos seguintes tópicos: o *diagnóstico sobre os recursos hídricos em Capivari*; a *escolha da estratégia de ação junto aos proprietários*; a *adequação dos modelos de revegetação em relação ao microzoneamento das propriedades*; e a *importância hidrológica das matas ciliares* (justificativa inicial da ação). Eis alguns dos pontos da polêmica escolha da equipe do Consórcio, confrontando-se com outros conhecimentos técnicos e acadêmicos, e com o próprio conhecimento local.

1. Diagnóstico sobre os recursos hídricos, em Capivari

Pelo modo como o Consórcio pinçou uma dimensão "ambiental" para enfrentar localmente, a partir de uma problemática socioambiental macro-regional, ele teve que assumir um afastamento em relação às demais dimensões da realidade. Quando definiu, apoiado-se em diagnósticos *genéricos*, que os recursos hídricos na microbacia estavam se degradando em quantidade e qualidade, se livrou da responsabilidade de avaliá-los localmente. Mas segundo alguns proprietários, não havia contaminação da água da represa - onde se pescava rotineiramente - e a água estava sendo desperdiçada na cidade, jogada no rio Capivari durante a madrugada (por impossibilidade de armazenamento). Essas informações foram confirmadas pelo SAAE de Capivari. Os proprietários também se irritaram com as acusações de que estariam poluindo os rios, pois viam nas indústrias e meio urbano os grandes vilões da região. Essa indignação procede, quando verificamos o padrão característico da poluição na bacia do rio Piracicaba¹³: das 1.814 ton DBO/dia¹⁴ despejadas nos recursos hídricos (carga pontual e difusa), as áreas rurais contribuíam com 19,6 (pouco mais que 1%), cabendo às indústrias e residências urbanas quase toda a responsabilidade pela poluição dos principais rios. Maior evidência, porém, é a informação do SAAE de Capivari de que não havia qualquer tratamento do esgoto no município - ou seja, 100% do esgoto era despejado no rio *in natura*.

2. escolha da estratégia de ação junto aos proprietários

O que era para ser uma entre outras ações desenvolvidas na microbacia¹⁵, tornou-se a única: o reflorestamento ciliar. Essa estratégia foi inspirada em um programa similar a esse, desenvolvido no Paraná¹⁶. Os autores que descrevem esse programa¹⁷, explicam que aquela ação foi fortemente amparada pela lei (*Estatuto da Terra* de 1964, *Código Florestal* de 1965, *Direitos Difusos* de 1985), provando "...ser possível o reflorestamento de extensas áreas marginais aos cursos d'água a custos inexpressivos, com resultados a curto prazo". Tentador. No programa desenvolvido no Forquilha, não se esperou por adesão espontânea, como relatado oficialmente¹⁸: através do levantamento fotográfico determinava-se uma multa, que poderia ser totalmente abatida com os plantios propostos. É preciso ressaltar também que, uma vez plantadas as mudas (foram doadas e o plantio quase sempre realizado com trabalhadores pagos pela prefeitura), a responsabilidade de cuidar delas passa para os proprietários; quando o nível de mortalidade era elevado, eles eram novamente ameaçados com multas ou áreas adicionais de plantio. Interessante

¹³ SÃO PAULO, *op. cit.*

¹⁴ *Demanda Biológica por Oxigênio*, mede o grau de poluição de um recurso hídrico.

¹⁵ RICARDO e ROMANI, *op. cit.*

¹⁶ MALAGODI, *op. cit.*: p. 75-81

¹⁷ NADOLNY, M. C.; CONTAR, A. 1990. Reposição de matas ciliares no norte do Paraná. In: 6º Congresso Florestal Brasileiro, Campos do Jordão. Anais: p. 268-274.

¹⁸ RICARDO e ROMANI, *op. cit.*

notar que nas premissas daquela experiência no Paraná, os agricultores também foram considerados como "agressores do meio ambiente"; e na sua avaliação final, muitas das dificuldades encontradas tornam a aparecer no Forquilha¹⁹, já que boa parte das recomendações dos autores não foram seguidas pela equipe do Consórcio (nos itens *qualidade das mudas* e *estratégias de controle de invasoras*). Foi condenada por alguns dos proprietários a prática da coerção individualizada (não gostaram de ser vistos localmente como criminosos) e da gravação de uma discussão entre um proprietário e a equipe do Consórcio às escondidas (teria sido usada posteriormente para o constrangimento de um deles na presença do promotor - rapidamente se espalhou o fato, negado posteriormente pela equipe do Consórcio). Em geral, os entrevistados não aceitaram o rótulo de *degradadores do ambiente*, em função do cuidado que acreditavam ter com suas terras²⁰.

3. *adequação dos modelos de revegetação em relação ao microzoneamento das propriedades*

Foi alvo de crítica por parte de alguns dos proprietários rurais: i) o projeto apresentado, que não contemplava muitas espécies nativas de ocorrência local, conhecidas e admiradas por eles; ponto crítico para os teóricos da área, em termos de conservação da biodiversidade e adaptação - as mudas realmente vinham de viveiros locados em diferentes ecossistemas, em regiões extremas do estado de SP²¹; ii) a localização dos plantios nas APPs da propriedade, ocasionando mortalidade das mudas; iii) a disposição das mudas no talhão, que alguns dos proprietários desejavam, estivesse em sintonia com o uso (atual ou futuro) das áreas, como o lazer da família, em alguns casos. Se as espécies escolhidas não tinham bom desempenho ou morriam em determinada área, a vistoria encarava tal fato como falta de manutenção do proprietário, o que acarretava nova multa a ser transformada em área adicional de plantio. De fato, não se discutiu a adequação das espécies escolhidas para aquele ambiente, tão pouco os fatores que dificultaram sua adaptabilidade (brejos, geadas, herbivoria, competição com gramíneas). Nos principais trabalhos acadêmicos brasileiros sobre revegetação, cada um desses pontos levantados pelos proprietários é ponto de partida de muitos debates, dada a complexidade do tema e variabilidade das condições florísticas e edafo²²-climáticas das áreas de plantio²³.

¹⁹ MALAGODI, *op. cit.*: p. 80.

²⁰ As significativas áreas cobertas com fragmentos florestais parecem corroborar com esse argumento. MALAGODI, *op. cit.*: p. 141.

²¹ Percebi que a motivação dos proprietários em conhecer mais sobre a proposta de plantio foi comprometida pela tensão criada inicialmente.

²² Referente às características do solo.

4. importância hidrológica das matas ciliares, justificativa inicial da ação

Talvez esse seja o ponto mais controverso em termos das disputas por validade entre os argumentos concorrentes: de um lado está a norma ambiental, onde se arvora o discurso do Consórcio; de outro está a percepção dos proprietários, que demonstra muita correspondência com recentes estudos sobre hidrologia, associados à questão da cobertura florestal²⁴. A bibliografia nacional é extensa e muitos estudos chegam mesmo a discordar de antigos parâmetros das atuais normas ambientais, como no caso do Código Florestal, principalmente em termos das contribuições diretas à conservação dos recursos hídricos²⁵. Os proprietários discordam da causalidade proclamada pela equipe do Consórcio, entre mata ciliar e recurso hídrico, dizendo que não há aumento do volume de água com tal prática, e que a faixa proposta para os plantios a partir do ribeirão (30 metros) não faz sentido. Essas duas percepções podem facilmente se apoiar na produção acadêmica especializada, revelando dinâmicas muito mais complexas do que desejariam os ambientalistas, juristas e administradores. Obviamente, tal complexidade não legitima o uso atual de tais áreas, mas desconcerta nossa pretensão de controle técnico sobre certas dinâmicas naturais, aproximando o olhar atento do pesquisador em hidrologia do olhar curioso e utilitário de pessoas que há muito tentam sobreviver no (e do) campo.

Em 1995 os objetivos do programa do Consórcio já haviam sido satisfatoriamente alcançados: 114 mil mudas plantadas (frente à meta de 120 mil). A crítica a partir da qualidade do processo comunicativo e da produção de conhecimento envolvidos se mostrou importante ferramenta no desvelamento da estrutura da intervenção desenvolvida. A metodologia usada pelo Consórcio sofreu algumas alterações a partir de 1997, com uma mudança na coordenação do programa e expansão do programa para mais 10 municípios da Bacia do Rio Piracicaba e Capivari: passou a ser mais interessante à entidade a conquista de 'quantidade' de área de plantio (em hectares, associado ao número de mudas plantados) do que a obrigatoriedade de total abrangência dos plantios dentro de algumas poucas microbacias. Isso reduziu em muito a necessidade de coerção (que não deixou de existir), possibilitando maior espontaneidade nas adesões. Não tenho informações a respeito do impacto de tais ações, em termos hidrológicos ou de algum outro indicador ambiental.

²³ MALAGODI, *op. cit.*: p. 46-49.

²⁴ MALAGODI, *op. cit.*: p. 49-68.

²⁵ Ver trabalho de Maria José Zakia (1998), pela ESALQ/USP. É claro que a conservação de matas (nativas ou exóticas) não se estabelece apenas sobre este argumento, envolvendo também a conservação da biodiversidade e de recursos madeireiros, por exemplo.

Em busca de um debate teórico

Correndo o risco das apropriações teóricas superficiais, busquei uma reflexão inicial a partir de autores que poderiam sinalizar os debates mais relevantes para a compreensão da produção social da degradação ambiental, que não ficassem restritos apenas ao caráter técnico da conservação dos recursos naturais, mas ressaltassem a ação e as relações de atores sociais. O grande desafio foi evitar minhas próprias armadilhas maniqueístas²⁶, vitimizando os proprietários e rotulando o programa como uma parceria tecno-burocrata de grandes poluidores. Na obra de Thompson²⁷ entendemos que tal vitimização também carrega em si desqualificação dos sujeitos: nossa nobre intenção política ganharia, assim, sinal invertido. Por isso, pareceu-me mais relevante levantar as condições conjunturais em que se deu o aparente esvaziamento político da questão.

Escolhi três grandes caminhos temáticos, embora apenas inicie a caminhada a partir do que considere promissoras interfaces para o debate: racionalidades na gestão de bens comuns (a partir de Elinor Ostrom), disputas discursivas e a ação comunicativa (Jürgen Habermas) e o processo de construção social dos problemas ambientais (John Hannigan).

Racionalidades na gestão de bens comuns

Segundo alguns expoentes²⁸ da teoria da *Escolha Pública* (vertente da *Rational Choice*, que aplica teoria e racionalidade econômica na dinâmica da vida pública), a cooperação na vida social é promovida principalmente pelo medo da punição e não por alguma bondade intrínseca. Deriva-se daí o funcionamento da famosa lógica da *punição versus benefício*²⁹. Ostrom critica as prescrições de políticas que se apoiam nos três mais conhecidos modelos explicativos do comportamento individual e coletivo diante de bens comuns, derivados daquela teoria: "a tragédia dos bens comuns", "o jogo do dilema do prisioneiro" e "a lógica da ação coletiva". Esses diferentes modelos têm em comum a pressuposição de que os indivíduos são racionais e buscam o interesse próprio, geralmente usados como fundamento da centralização do controle no Estado ou na privatização, que a autora vê ocorrer com frequência nas políticas do 'Terceiro Mundo'. Para ela, além das evidências empíricas do fracasso de tais processos, considera que esse controle central não tem como dispor de informações exatas sobre os bens disputados, incorrendo sempre em erros e injustiças ao modular as decisões de punição/benefício, ameaçando a economia moral que rege

²⁶ Sinalizadas na defesa da dissertação, pelo Prof. Oriowaldo Queda (ESALQ/USP).

²⁷ Ver em E. P. Thompson, "Costumes em Comum".

²⁸ Como Dennis Mueller, na obra *Ellección Publica*.

²⁹ Nas palavras do coordenador do programa do Consórcio, a lógica "da cenoura e do porrete". MALAGODI, *op.cit.*: p. 263.

o comportamento do grupo. Outra ficção que aponta seria a suposição de *custo zero* na supervisão das ações de todos as pessoas; acreditamos que seja inclusive em função da tentativa de redução desse 'custo' (real) que muitos comandos centrais simplifiquem brutalmente a realidade, acumulando resultados irracionais, sob outros pontos de vista. Citado por Ostrom, Olson iria ainda colocar mais um argumento a favor da coerção externa, ressaltando o papel desestruturador daqueles que tiram vantagens do trabalho coletivo³⁰, em circunstâncias em que sabidamente não é possível excluí-los do benefício coletivo alcançado. A linha de contra-argumentação de Ostrom baseia-se no diferencial que surge no processo diante da possibilidade (factível) de comunicação entre os "jogadores", alterando muitas premissas dos modelos anteriores. Compartilhamos com a autora da crença na capacidade humana de aprender a usar da *reciprocidade* e das *regras sociais* para vencer os dilemas sociais da vida cotidiana³¹. Para Ostrom, surge uma segunda geração de modelos sobre as decisões racionais, que contemplam as variáveis *confiança*, *reputação* e *reciprocidade*. Trata-se portanto de considerar a racionalidade individual e coletiva em outros termos, capazes de romper o ciclo da "profecia que se auto-realiza"³² que aprisiona os sujeitos capazes de inovações políticas ao rótulo de jogadores egocêntricos que não podem se entender entre si, demandando intervenção externa.

Mas quais seriam as implicações teóricas para o fato da microbacia estudada já estar há muito dividida em propriedades privadas, por onde corre esse *bem comum*?

As disputas discursivas e a 'ação comunicativa'

Habermas, debatido em Goldblat, considera que certas afirmações de validade, quando levantadas, podem ser justificadas de forma racional através do discurso argumentativo³³. Entendo tal ação como substância de um vivo espaço político, onde se viabilizaria o debate sobre a própria organização dos mundos social e 'natural'. Em Habermas, os atos de fala estariam referidos a três mundos: a) *exterior, dos objetos físicos*; b) *social*; e c) *peçoal, interior*. Especifica assim três formas de ação: instrumental (orientada para o êxito no

³⁰ Os caronistas, ou *free-riders*. OSTROM, Elinor. 1999. El Gobierno de los Bienes Comunes: La evolución de las instituciones de acción coletiva. Universidad Nacional Autónoma de México/ CRIM/ Fondo de Cultura Económica. p. 32.

³¹ OSTROM, *op. cit.*: p.12.

³² A esse respeito, veja MERTON, Robert K. 1970. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: ed. Mestre José.

³³ De sua *Teoria da Ação Comunicativa*. GOLDBLAT, David. 1996. Teoria Social e Ambiente. Coleção Perspectivas Ecológicas. Lisboa: Instituto Piaget.

mundo exterior), estratégica (para o êxito no mundo social) e comunicativa (para a mútua compreensão no mundo social). Os diferentes tipos de atos de fala seguem padrões característicos para adequação das validades pretendidas (para cada um dos três mundos citados), que assim:

"... podem ser julgadas em confronto com formas característica de racionalidade (...) através de processos de argumentação adequados (...) A argumentação é considerada válida segundo as condições da situação ideal de linguagem"³⁴.

Portanto, trata-se de um espaço onde precisa existir a possibilidade de argumentação. Mas ocorre que com o avanço da complexidade do mundo moderno houve, segundo Habermas, o surgimento de meios de orientação não-linguísticos, como o dinheiro e o poder. Diz Goldblat:

"Uma vez estabelecida, a acção política e económica pode ser coordenada sem a necessidade constante de se recorrer a negociações complexas e arriscadas e a processos de formação de vontade comum. A fim de serem meios eficazes, capazes de coordenar a acção e de reproduzir os seus subsistemas políticos e económicos respectivos, ambos exigem sistemas de legislação e normas morais modernos. (...) Libertos das cargas normativas do acto de comunicação, os actores podem actuar de forma estratégica ou instrumental dentro da economia e burocracia recentemente criadas."³⁵

Segundo Goldblat, como a reprodução do sistema viria se impondo à reprodução social (colonização do *mundo da vida*, como diz Habermas) e a capacidade de utilização do discurso racional se popularizando, Habermas aponta para uma crescente *crise de legitimação*.

Mas *ações estratégicas* (envolvendo também um conjunto de *ações instrumentais*, necessários à manutenção da vida em sociedade) não poderiam coexistir com *ações comunicativas*?³⁶

O processo de construção social dos problemas ambientais

A análise construtivista dos problemas sociais, trabalhada em Hannigan (1995), preocupa-se com a forma como as pessoas determinam o significado do seu mundo. Segundo o autor, o pesquisador construtivista deveria levar em consideração o complexo histórico a partir do qual pessoas formulam reivindicações sobre certos problemas, de forma a explicar o surgimento e avaliar a validade de suas reivindicações. Nessa perspectiva, haveria também uma permanente competição entre diferentes definições do problema, na busca pela atenção social e publicização da questão. Interessou-me tal abordagem por ela demonstrar a existência de disputas simbólicas sobre as 'verdades' presentes em determinada 'realidade' socioambiental;

³⁴ GOLDBLAT, *op. cit.*: p.171.

³⁵ *Idem*, p.175.

³⁶ Provocações feitas pela pesquisadora Eda Tassara, do Laboratório de Psicologia Sócio-Ambiental e Intervenção - IPUSP, São Paulo. Comunicação pessoal.

a *objetividade* nesse caso, embora seja crucial no enfrentamento de qualquer questão em si, confunde-se por entre os recursos retóricos, dificultando ainda mais o aprendizado social sobre a natureza da problemática, e assim tornando mais complexo o debate político que se faz necessário. Outra contribuição significativa do trabalho de Hannigan refere-se à compilação de algumas ferramentas analíticas a partir de autores como Best, Ibarra e Kitsuse, revelando uma espécie de gramática do processo de criação das reivindicações, separado didaticamente em etapas. Três focos analíticos são propostos para a investigação das reivindicações: seus conteúdos, seus formuladores e o processo em si³⁷. Tal cenário abre novas possibilidades cognitivas e políticas, já que permite a desconstrução de cenários e discursos, indicando a relevância dos recursos de poder usados pelos atores (sua *distribuição* social e disputa interna), além da própria questão da cultura e da economia moral a que está submetida tal construção. Por isso cada arranjo será único (mesmo com dedicadas tentativas de replicação de experiências anteriores) trazendo novas possibilidades tanto de submissão/manutenção quanto de revolta/invenção entre os atores sociais. É nesse contexto que inicio o diálogo com a citada teoria de Habermas e a leitura da *sociedade como conflito* em Touraine³⁸: o êxito de uma ação instrumental no mundo bio-físico (que buscará validade de seus meios no critério da eficiência), o êxito da ação estratégica no mundo social (que não necessariamente significa dominação e manipulação) e a efetiva compreensão entre as pessoas no mundo social... estão todos modulados por um ambiente extremamente conflituoso, de disputas pessoais, institucionais e ideológicas. As percepções que hoje temos da produção da crise socioambiental, das estratégias de enfrentamento e dos resultados que vêm sendo alcançados, são todas construções simbólicas mescladas de um universo de elementos objetivos, cuja "destilação" relativa só se viabiliza na leitura dos contextos, no confronto dos interesses em jogo, na ação social de sujeitos³⁹. É desse modo que 'bolhas' de suposta *racionalidade* derivam em um "mar de irracionalidades acumuladas", como dizem Ferreira e Siviero, do qual...

"... são testemunhas a degradação ambiental, o aumento da população, as disparidades e desigualdades entre centro e periferia, a miséria e a fome que convivem com a abundância, as guerras étnicas e religiosas, a dependência do indivíduo em relação ao consumo mercantil, os modos selvagens de destinação dos direitos do mercado de trabalho (...)"⁴⁰.

³⁷ HANNIGAN, John . 1995. *Environmental Sociology - a social constructionist perspective*. London and New York: Routledge. p. 34-38.

³⁸ TOURAINE, Alain. 1989. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. São Paulo, revista Lua Nova n°17: 67-92. Ver também TOURAINE, Alain. 1994. *Crítica da modernidade*. Trad. de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes. Cap. II da terceira parte, "o sujeito como movimento social".

³⁹ Como cientistas sociais mergulhados num forte contexto ideológico, não seria tão maior nossa capacidade de percepção, em relação ao cidadão comum, quanto é nossa responsabilidade política.

⁴⁰ FERREIRA, Leila da Costa & SIVIERO, Simone de Oliveira. 1996. *Ambiente e cidades: em direção a uma nova agenda*. São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE, 10(3): 60-70, p. 63.

Como, então, garantir justiça na distribuição de recursos de poder entre leituras concorrentes da crise e das soluções, sem negligenciar as condições objetivas da (crescente) degradação da base bio-física de *nossos* ecossistemas?

Considerações para novas partidas

É instigante a referência irônica que alguns cientistas sociais fazem à imagem dos feiticeiros ou sacerdotes da era pré-moderna, para ilustrar a importância do monopólio da interpretação sobre o desconhecido como base de sustentação do poder de controle social. Fala-se dos higienistas brasileiros do final do séc. XIX⁴¹, dos "engenheiros políticos" produtores de resultados eleitorais⁴² ou mesmo dos economistas que "sacramentam a impotência dos homens e de seus representantes" diante de um mercado todo-poderoso⁴³. É uma imagem caricata mas que quer ressaltar uma forma de controle muito comum na chamada alta modernidade, que se utiliza da ignorância (geralmente envolvendo a sua própria) e que encontra certamente muitos limites na perspectiva de um debate argumentativo racional sobre suas estranhas premissas deterministas. Mas talvez o campo dos conhecimentos aqui brevemente representados - e exaustivamente descritos na dissertação citada - tenha sido mais relevante para a compreensão da estrutura de ação planejada pelo Consórcio do que para a compreensão das formas de ação (política) dos proprietários rurais. Ou seja, fiz inicialmente uma análise incompleta da *arena* do conflito percebido, que me levou a entendê-la como ausente, assim como outras dimensões ilustradas no título desse artigo. Do ponto de vista dos propositores da ação, ficou claro que "qualquer intervenção, qualquer intenção de transformação, para que se realize, exige o conhecimento, mas exige também, que ele esteja associado a um poder", como diz Tassara⁴⁴. Se investi tanto na tentativa de avaliar a qualidade desse conhecimento, penso também que não foi em vão, pois percebi que o peso do poder tende a relativizar a relevância do conhecimento, nesses casos. Como diz Foucault, citado por Tassara:

"É somente nas relações de luta e poder, na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer relações de poder uns sobre os outros, que compreendemos em que consiste o conhecimento".⁴⁵

⁴¹ Comunicação pessoal com o historiador Sidney Chalhoub, UNICAMP.

⁴² Apontamentos de aula, com o Prof. Reginaldo C. Moraes, UNICAMP.

⁴³ NUNES, Edison. 1992. Poder local, descentralização e democratização: um encontro difícil. São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE, 10(3): 32-39, p. 38.

⁴⁴ TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. 1992. A propagação do discurso ambientalista e a produção estratégica da dominação. Espaço & Debates 12(35):11-15. São Paulo, NERU, p. 12

⁴⁵ TASSARA, *op.cit.*: p.11.

No contexto da crise ambiental e da ideologia, a autora nos provoca a refletir sobre os planejadores e intelectuais, "reflexões a respeito daquele que conhece, que domina as regras lógicas constituintes do racionalismo(...)"⁴⁶. Por outro lado, talvez tenha passado muito rapidamente por algumas boas pistas para a compreensão da forma de resposta política dos proprietários:

- longe de ser uma classe homogênea, apresentam fortes diferenças sócio-econômicas e culturais, influenciando o grau e forma de uso do recurso hídrico;
- a localização da propriedade na microbacia cria ainda outra clivagem, estabelecendo (como se fossem os municípios que se avizinham ao longo do curso de um rio) vantagens e riscos diferenciados⁴⁷;
- não reconheci qualquer *identidade coletiva* entre os proprietários entrevistados, sendo comum a ocorrência de intrigas e pequenos conflitos entre vizinhos. A *cooperação* e a *comunicação*, diferentemente de algumas décadas atrás - como dizem alguns deles - é baixa na microbacia. Esses três eventos ficaram mais explícitos nas poucas relações de parentesco, entre eles.
- a força política de alguns proprietários se estabelece a partir de relações com o Governo do Estado e com a bancada dos empresários da cana-de-açúcar em Brasília; enquanto outros têm dificuldade em achar um advogado que os defenda, ali mesmo em Capivari;
- as menores motivações para o debate com as "informações" trazidas pelo Consórcio correspondem, grosso modo, à percepção das maiores vantagens resultantes do desenvolvimento do programa; mas existem também algumas contribuições críticas que não caberiam nesse 'modelo'.

Se tal conhecimento local de alguns deles destaca-se em vários momentos do estudo por sua aproximação com outros conhecimentos técnicos e acadêmicos levantados, a agregação de *maior validade* aos contra-argumentos pesquisados e a possibilidade de interferência no "plano" imposto, vai depender do modo como esses conhecimentos se agregarão à novas formas de poder. Se os macro-planos tecno-burocráticos de definição e enfrentamento da questão ambiental são concebidos e fortalecidos em escalas muito maiores que a de uma microbacia, fica evidente o tipo de rede de articulação política que seria necessária para que formas efetivamente participativas pudessem, minimamente, se contrapor. E isso não se restringe ao campo dos recursos hídricos, é claro. Além do mais, formas sistêmicas de controle social sabem que o arranjo de

⁴⁶ TASSARA, *op.cit.*: p. 11.

⁴⁷ Um bom exemplo seriam as duas grandes propriedades que circundam o açude que represa toda a água da microbacia, pertencentes às herdeiras de uma mesma família, que se beneficiam de toda a conservação realizada à montante. Porém, nas cabeceiras, onde estão concentradas muitas nascentes, as pequenas propriedades teriam um ônus desproporcional às vantagens da conservação do recurso hídrico.

aliados e adversários necessário à estratégia é conjuntural, dinâmico, exigindo sempre inovações institucionais e discursivas para preservar seu poder.

Mesmo assim, acredito que a emergência de sujeitos políticos como o Consórcio - que trazem interessantes inovações administrativas e institucionais numa escala - não implica necessariamente na negação de outros tantos sujeitos que possuem ínfimos recursos de poder. Tais conflitos, mesmo aqueles que parecem não ter relevância por não ganharem a mídia, precisam ser considerados como rotineiras e promissoras oportunidades de fortalecimento dos 'comandados' enquanto sujeitos políticos. Afinal, foi essa uma das características da emergência do ambientalismo no Brasil entre os anos 70 e 80, na explosão dos conflitos socioambientais; a supremacia tecno-burocrática ambientalista foi sendo conquistada posteriormente. Mas estamos apenas vislumbrando a relevância de um entre tantos outros recursos de poder entre os atores, para a democracia participativa, para o enfrentamento da crise socioambiental, abrindo novas indagações sobre as condições e formas de tal "empoderamento". Um aprofundamento na questão da ação de *sujeitos* me parece ser uma boa escolha para continuar a caminhada.